

Despacho

1.Considerando o disposto na Portaria nº 304/2015-GP-TRE/RN, que delegou ao Diretor-Geral da Secretaria deste Tribunal competência para o exercício da função de Ordenador de Despesas, e acolhendo o Parecer nº 2016/2022-AJDG, desde que supridas as pendências elencadas no parágrafo 5 do aludido Parecer, AUTORIZO:

I - a contratação direta da empresa Four Tech Informática, mediante dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993, para a prestação de serviços de manutenção e conserto de impressoras RICOH MP C2004, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência aprovado pela autoridade competente (fls. 3-14) e nos termos da proposta apresentada pela empresa (fls. 19-21);

II- a emissão de empenho em favor da referida empresa, no valor da proposta apresentada (fls. 19-21), e o seu posterior pagamento, com as retenções legais que se fizerem necessárias, depois de liquidada a despesa e desde que mantidas as regularidades fiscal, trabalhista e administrativa da empresa.

2.Encaminhe-se o processo à unidade demandante para que se manifeste em relação à adequação da proposta ofertada pela empresa Four Tech Informática (fls. 19-21) às especificações constantes do Termo de Referência aprovado (fls. 3-14), bem como acoste as certidões necessárias à comprovação das regularidades fiscal, administrativa e trabalhista da referida empresa.

3.Após, desde que supridas as pendências elencadas no parágrafo 5 do aludido Parecer, atendendo ao encaminhamento realizado no item 2 deste Despacho, à Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF/COFIN para emissão da nota de empenho, com posterior remessa aos setores competentes, inclusive, à Seção de Editais e Contratos - SEDIC/COLIC para realização de ajuste do valor da aquisição na tabela de controle de contratações diretas com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/1993, caso necessário.

Ana Esmera Pimentel da Fonseca
Diretora-Geral
Ordenadora de Despesas por Delegação

Ana Esmera Pimentel Da Fonseca - 13/12/2022 18:03:13



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DIRETORIA GERAL
ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA-GERAL

PARECER Nº 2016/2022-AJDG

Referência: Processo Administrativo Eletrônico nº 11974/2022

Assunto: Autorização para contratação após coleta de propostas. Dispensa de licitação. Contratação de prestação de serviço. Impossibilidade de utilização do sistema de Dispensa. Autorização condicionada à regularização de pendências na instrução.

1. Trata-se de procedimento administrativo objetivando a contratação de serviços de manutenção e conserto de impressoras RICOH MP C2004.

2. Compulsando-se os autos constata-se que, por meio do Parecer nº 1851/2022-AJDG (vide PAE nº 6119/2022), restou analisado o Termo de Referência elaborado para a contratação (fls. 3-14), aprovado por meio do Despacho de fl. 15, restando pendente, no entanto, análise em relação ao cabimento da contratação direta.

3. Instada a se manifestar, por meio da Informação nº 787/2022-SEDIC (fls. 26-31), a Seção de Editais e Contratos externou entendimento no sentido de que a contratação poderá ser autorizada por meio de dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93, com o qual esta Assessoria Jurídica corrobora, nada tendo a acrescentar em relação à vasta fundamentação já consubstanciada.

4. Observa-se que o processo se encontra instruído com as seguintes informações:

a) 03 (três) propostas obtidas para a contratação (fls. 19-23);

b) proposta ofertada pela empresa **Four Tech Informática**, no valor de R\$ 12.950,00 (doze mil, novecentos e cinquenta reais) (fls. 19-21), quanto à qual se observa, em informação prestada pela Seção de análise Técnica das Contratações (fl. 24), que o valor se encontra inferior às demais propostas acostadas para a contratação;

c) informação prestada pela SEPOF (fl. 32) noticiando a existência de saldo suficiente para viabilizar a contratação;

5. Do exposto, constata-se restar pendente na instrução:

a) manifestação da unidade técnica demandante quanto à sua adequação às especificações constantes do Termo de Referência aprovado (fls. 3-14);

b) certidões comprovando a regularidade fiscal, administrativa e trabalhista da empresa a ser contratada.

6. Diante do exposto, considerando a impossibilidade de utilização do sistema de Dispensa, uma vez tratando-se de prestação de serviço e

constatando-se tratar-se da proposta economicamente mais vantajosa para a Administração, **desde que supridas as pendências elencadas no parágrafo anterior**, esta Assessoria Jurídica entende inexistir óbice à adoção das seguintes providências:

a) contratação direta da empresa **Four Tech Informática**, mediante dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993, para a prestação de serviços de manutenção e conserto de impressoras RICOH MP C2004, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência aprovado pela autoridade competente (fls. 3-14) e nos termos da proposta apresentada pela empresa (fls. 19-21);

b) emissão de empenho em favor da referida empresa, no valor da proposta apresentada (fls. 19-21), e o seu posterior pagamento, com as retenções legais que se fizerem necessárias, depois de liquidada a despesa e desde que mantida a regularidade fiscal, trabalhista e administrativa da empresa.

7. Por fim, sugere-se que seja dada ciência do resultado da contratação à SEDIC para que ajuste o valor na tabela de controle de contratações diretas com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/1993, caso necessário.

É o parecer.

Natal/RN, 12 de dezembro de 2022.

Raquel de Freitas Andrade Potier
Analista Judiciário - AJDG

De acordo.
À Diretoria-Geral para apreciar.

Arnaud Diniz Flor Alves
Assessor Jurídico da Diretoria-Geral